

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Organização Social São Paulo

CNPJ nº 66.518.267/0002-64
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)				Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)			
Ativo	Notas	2016	2015	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2016	2015
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Fundo Fixo de Caixa	4	939,10	181,11	Fornecedores		3.504.873,03	3.968.288,55
Bancos - Contas Movimento	5	6.252,48	291.492,74	Obrigações Trabalhistas	12	16.291.152,73	15.612.065,78
Bancos - Aplicações Financeiras	6	28.997.574,81	23.107.773,47	Obrigações Sociais e Fiscais	13	10.303.993,69	9.256.810,60
Adiantamentos a Fornecedores		-	61.509,76	Empréstimos Bancários	14	-	9.499.053,79
Adiantamentos a Empregados	7	3.124.752,41	2.807.860,12	Contas a Pagar		3.142.481,31	4.147.387,40
Adiantamentos para Despesas		3.625,66	4.568,84	Provisões para Férias e Encargos		28.480.122,60	25.970.019,73
Impostos Recuperáveis		-	6.278,00	Provisões para Contingências	15	1.145.025,75	1.187.133,72
Créditos de Contratos de Gestão e Convênios	8	27.368.048,97	47.095.370,72			62.867.649,11	69.640.759,57
Outros Créditos		8.400,00	196,35	Passivo Não Circulante			
Reservas para Contingências	9	20.225.015,11	-	Bens Públicos em nosso poder	16	10.354.631,51	9.130.504,56
		79.734.608,54	73.375.231,11			10.354.631,51	9.130.504,56
Ativo Não Circulante				Patrimônio Líquido			
Imobilizado	10	10.287.980,63	9.036.991,96	Patrimônio Social		3.734.471,54	(5.623.747,87)
Intangível	11	66.650,88	93.512,60	Superávit do Exercício	28	13.096.850,66	24.695.021,07
		10.354.631,51	9.130.504,56	Ajustes Patrimoniais		-	(15.348.769,60)
Total do Ativo		90.089.240,05	82.505.735,67	Transferências Patrimoniais		35.637,23	11.967,94
						16.866.959,43	3.734.471,54
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		90.089.240,05	82.505.735,67

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)					
	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Ajustes Patrimoniais	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2015	(10.141.283,81)	4.869.300,33	-	(351.764,39)	(5.623.747,87)
Incorporação do Superávit Anterior	-	4.869.300,33	-	-	-
Incorporação das Transferências Patrimônio	(351.764,39)	-	-	351.764,39	-
Ajustes Patrimoniais	-	-	(15.348.769,60)	-	(15.348.769,60)
Transferências Patrimoniais	-	-	-	11.967,94	11.967,94
Superávit do Exercício	-	24.695.021,07	-	-	24.695.021,07
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(5.623.747,87)	24.695.021,07	(15.348.769,60)	11.967,94	3.734.471,54
Incorporação do Superávit Anterior	-	24.695.021,07	-	-	-
Incorporação dos Ajustes Patrimoniais	(15.348.769,60)	-	15.348.769,60	-	-
Incorporação das Transferências Patrimônio	11.967,94	-	-	(11.967,94)	-
Transferências Patrimoniais	-	-	-	35.637,23	35.637,23
Superávit do Exercício	-	13.096.850,66	-	-	13.096.850,66
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.734.471,54	13.096.850,66	-	35.637,23	16.866.959,43

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83. O CEJAM mantém junto à Prefeitura do Município de São Paulo o contrato de gestão e convênios abaixo descritos: **Contrato de Gestão nº 003/2007:** visando o desenvolvimento das ações e serviços de saúde no PROREHOSP Programa de Retaguarda Hospitalar; **Contrato de Gestão nº R 006/2015:** visando o gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial do distrito administrativo Jardim Ângela da Supervisão Técnica de Saúde M'Boi Mirim e do distrito administrativo Capão Redondo da Supervisão Técnica de Saúde Campo Limpo; **Convênio nº 066/2008:** visando a implantação e desenvolvimento de ações relativas à assistência médica ambulatorial especializada (AMA Especialidades), encerrado em dezembro de 2015; **Convênio nº 079/2008:** visando a implantação e desenvolvimento de ações relativas à assistência médica ambulatorial (AMA Tradicional), encerrado em junho de 2015; **Convênio nº 020/2009:** visando implementar ações e serviços que possibilite a promoção, prevenção e assistência à saúde da gestante e do recém-nascido integrantes do Programa da Saúde à Mãe Paulistana no âmbito do município de São Paulo, encerrado em maio de 2015; **Convênio nº 002/2011:** visando a implementação, desenvolvimento e incremento das ações relativas ao serviço de atenção integral a assistência materno infantil do Programa Parto Seguro à Mãe Paulistana no município de São Paulo. Com isto vem desenvolvendo ações e serviços de saúde na Organização Social São Paulo. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:** **2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015. **3.b) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2016 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2015. As vidas úteis

estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. **3.c) Intangível: Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2016	2015
Fundo Fixo de Caixa	939,10	181,11
	939,10	181,11

5. Bancos - Contas Movimento

	2016	2015
Banco do Brasil S.A.	3.501,67	291.033,53
Banco Santander (Brasil) S.A.	168,99	457,21
Banco Bradesco S.A.	2.581,82	2,00
	6.252,48	291.492,74

6. Bancos - Aplicações Financeiras

	2016	2015
Banco do Brasil S.A.	-	246.055,51
Banco Santander (Brasil) S.A.	16.532.846,87	16.774.698,10
Banco Bradesco S.A.	12.464.727,94	6.087.019,86
	28.997.574,81	23.107.773,47

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

7. Adiantamentos a Empregados

	2016	2015
Adiantamentos de Férias	3.109.671,72	2.807.860,12
Outros Adiantamentos a Empregados	15.080,69	-
	3.124.752,41	2.807.860,12

8. Créditos de Contratos de Gestão e Convênio

	2016	2015
Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	-	690.862,43
Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo)	27.368.048,97	38.066.526,31
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	-	8.337.981,98
	27.368.048,97	47.095.370,72

9. Reserva para Contingências: Prudentemente, a entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

	2016	2015
Reserva para Contingências		
Banco Santander (Brasil) S.A.	20.225.015,11	-
	20.225.015,11	-

continua



continuação

17. Receitas com Contratos de Gestão	2016	2015
Contrato de Gestão 003/2007 (PROEHOSP)	13.357.774,11	115.240.319,38
Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo)	346.778.224,14	161.942.473,16
Convênio 066/2008 (AMA Especialidades)	-	23.757.854,95
Convênio 079/2008 (AMA Tradicional)	-	9.922.308,08
Convênio 020/2009 (Mãe Paulistana)	-	1.646.334,40
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	82.804.283,60	72.691.760,49
442.940.281,85	385.201.050,46	
18. Receitas e Despesas Financeiras	2016	2015
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.166.872,88	4.414.554,10
Descontos Obtidos	18.192,51	1.626,38
Juros e Atualizações Monetárias	-	1,30
(-) Despesas Bancárias	(270.191,47)	(154.967,69)
(-) Juros e Mora Comerciais	(325,58)	(82,81)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(24.444,01)	(38.276,43)
5.890.104,33	4.222.854,85	
19. Custos com Pessoal Próprio	2016	2015
Remunerações	307.914.669,59	267.204.240,21
Benefícios	26.424.015,03	22.371.303,76
Encargos Sociais	30.220.972,61	26.040.263,73
364.559.657,23	315.615.807,70	
20. Custos com Serviços Terceirizados	2016	2015
Serviços prestados por pessoas jurídicas	41.105.417,67	29.351.177,11
Serviços prestados por pessoas físicas	1.328.785,30	1.643.984,21
42.434.202,97	30.995.161,32	
21. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	2016	2015
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	1.869.044,90	713.315,89
Materiais de Consumo	2.563.298,33	2.335.560,81
Materiais de Conservação e Reparos	1.070.367,61	760.378,49
Outros Materiais e Insumos	401.184,97	432.562,02
5.903.895,81	4.241.817,21	
22. Despesas Gerais	2016	2015
Contas de Consumo (Água, Luz e Energia Elétrica)	1.712.216,83	1.322.344,93
Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	5.405.365,47	3.926.797,19
Administrativas	277.053,91	625.169,28
Publicidade	50.419,44	9.577,18
Eventos	15.485,40	79.366,34
Reformas e Benfeitorias	1.930.041,26	4.708.320,44
Bens não Imobilizados	52.871,07	3.442,10
Outras Despesas Gerais	2.054.772,13	209.987,71
11.498.225,51	10.885.005,17	
23. Coberturas de Seguros:		

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **24. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações

vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **25. Certificado Beneficente de Assistência Social (Cebas):** O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CG-CER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado. Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19. Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte: **Art. 8º - O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova para a certificação até o julgamento do processo pelo Ministério Público. A validade do protocolo e sua tempestividade serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação processual na página do Ministério responsável pela certificação na rede mundial de computadores.** A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuarão todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2016 e 2015. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM. **26. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2016 foi de R\$ 76.506.588,56 (em 2015 de R\$ 66.309.063,44) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2016	2015
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	76.240.831,48	65.980.266,78
Cota Patronal sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas	265.757,08	328.796,66
76.506.588,56	66.309.063,44	

(-) Isenção Usufruída:
 (-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento (76.240.831,48) (65.980.266,78)
 (-) Cota Patronal sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas (265.757,08) (328.796,66)

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19. **27. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2016, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa. • COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo); • CSLL incidente sobre o superávit: 9%. Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2016 foi de R\$ 23.516.824,53 (em 2015 R\$ 13.693.917,80), distribuída da seguinte forma:

Renúncia Fiscal	2016	2015
Cofins	22.338.107,97	11.471.365,90
CSLL	1.178.716,56	2.222.551,90
23.516.824,53	13.693.917,80	

28. Resultado do Exercício: O Superávit do exercício de 2016 foi de R\$ 13.096.850,66 e o de 2015 de R\$ 24.695.021,07, estando assim distribuído entre o contrato de gestão e convênios:

	2016	2015
Contrato de Gestão 003/2007 (PROEHOSP)	5.461.859,86	8.763.159,67
Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo)	7.007.552,39	14.032.976,66
Convênio 066/2008 (AMA Especialidades)	30.707,60	465.463,78
Convênio 079/2008 (AMA Tradicional)	49.426,59	979.192,05
Convênio 020/2009 (Mãe Paulistana)	157.846,28	171.180,08
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	407.924,51	287.992,15
Convênio 002/2011 (Hospital Samaritano - SAID)	(18.466,57)	(4.943,32)
13.096.850,66	24.695.021,07	

São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Dr. Fernando Proença de Gouvêa - Superintendente

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 2 - São Paulo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 2 - São Paulo, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as disposições contidas na Lei 12.101/09, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 2 - São Paulo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 2 - São Paulo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 2 - São Paulo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as fragilidades nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

Galloro & Associados Auditores Independentes CRC PJ 2SP005851/O-7

Ana Maria Galloro Laporta - Sócia-Diretora - CRC 1SP203642/O-6

COMUNICADO - ATAS DE R.P.

ASSUNTO: ASSINATURA DA ATA DE R.P.

Ficam as empresas abaixo relacionadas, na presença de seu representante legal, convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 02 dias úteis, no horário das 9:00 às 17:00 horas, mediante apresentação da documentação exigida em edital, no Setor de Atas de Registro de Preços - SMS-3, sito à Rua Gal. Jardim, 36 - 3º andar, fone: 3397-2140 / 2154.

Oligam Indústria e Comércio Eireli

Ata de R.P. 191/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 119/SMS.G/17 - André Luis Martins de Souza Junior.

Shalon Fios Cirúrgicos Ltda.

Ata de R.P. 192/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 094/SMS.G/17 - Marina Dias Batista.

Interlab Farmacêutica Ltda.

Ata de R.P. 193/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 070/SMS.G/17 - Laercio Veríssimo dos Santos Junior.

Mega Dental Importação, Exportação e Com. de Prods. Odontológicos Eireli

Ata de R.P. 194/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 093/SMS.G/17 - Luidy de Moraes Ladeira.

Ellipsis Pharma - Distribuidora de Medicamentos Ltda.

- EPP

Ata de R.P. 195/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 141/SMS.G/17 - Fabio Tadeu Teixeira Martins.

Prati, Donaduzzi & Cia Ltda.

Ata de R.P. 196/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 141/SMS.G/17 e Cadastro Reserva

Ata de R.P. 195/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 141/SMS.G/17 - Kleber Beneli Goulart.

PHO - Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda.

Ata de R.P. 197/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 002/SMS.G/17 - Edson Zago.

João Mendonça Fahl Empório - EPP

Ata de R.P. 198/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 142/SMS.G/17 - João Mendonça Fahl.

Bio Lógica Distribuidora Eireli - EPP

Ata de R.P. 199/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 008/SMS.G/17 - Luis Carlos dos Santos.

Mega Dental Importação, Exportação e Com. de Prods. Odontológicos Eireli

Ata de R.P. 200/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 008/SMS.G/17 e Ata de R.P. 201/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 109/SMS.G/17 - Luidy de Moraes Ladeira.

R. De F. Torres - EPP

Ata de R.P. 202/17-SMS.G - Pregão Eletrônico 109/SMS.G/17 - Luiz Carlos dos Santos.

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS, SMS-3

DEFESA ADMINISTRATIVA

Ficam CONVOCADAS as empresas abaixo relacionadas, a apresentar Defesa Prévia por descumprimento de cláusula contratual, preferencialmente através do email dsuprims3@prefeitura.sp.gov.br ou presencialmente à Rua General Jardim, 36 - 3º andar - Vila Buarque, das 8 às 16 hs. no prazo de 05 dias úteis, a partir desta publicação.

PROCESSO NE RAZAO SOCIAL

Em razão do atraso de 49 dias na entrega da DANFE 20.840

6018.2016/0001672-0 018.643/17 QUALITY MEDICAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Em razão do atraso de 22 dias na entrega da DANFE 89.222

6018.2016/0002482-0 020.023/17 IN-DENTAL PRODS.ODONT. MED. E HOSP. LTDA. - EPP

Em razão do atraso de 4 dias na entrega da DANFE 36.924

6018.2016/00003818-9 024.541/17 L.M.FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Em razão do atraso na entrega das notas fiscais - 3 dias na 491.553 e 11 dias na 491.678

6018.2016/0002669-5 028.824/17 PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA.

Em razão do atraso de 5 dias na entrega da DANFE 738.034

6018.2016/0000689-9 032.680/17 DUPATRI HOSPITALAR, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Em razão do atraso na entrega das notas fiscais - 7 dias na 154.982 e 8 dias na 155.114

6018.2016/0002665-2 029.938/17 FARMACE IND QUIMICO-FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA

Em razão do atraso de 1 dia na entrega da DANFE 77.952

6018.2016/0003073-0 020.670/17 PORTAL LTDA.

PROCESSO: 2016-0.265.538-0

SMS-G / ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2017 AO TERMO DE PARCERIA Nº 013/2016-SMS.G

CONTRATANTE: SMS

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO CRUZ AZUL DE SÃO PAULO

OBJETO DA PARCERIA: Somar esforços para o desenvolvimento de ações conjuntas de prevenção, promoção, recuperação da saúde dos usuários do SUS do Município de São Paulo.

OBJETO DO ADITAMENTO: Incluir procedimentos para realização de dosagens de ureia e creatina para os exames de Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada no Programa de atendimento à demanda gerada nas unidades de saúde sob a gestão do Município de São Paulo.

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS, SMS-3

GRUPO TÉCNICO DE COMPRAS - AÇÃO JUDICIAL

COMUNICADO DE AQUISIÇÃO

SEI Nº 2938972

A Secretaria Municipal da Saúde torna público que irá adquirir os produtos abaixo relacionados, visando o atendimento de ordem judicial.

Para tanto, informa que eventuais proponentes interessados poderão enviar proposta de preços pelo e-mail flfaviasilva@prefeitura.sp.gov.br ou pessoalmente na Rua Gen. Jardim, 36, 7º andar (Assessoria Jurídica - Ação Judicial), fone 3464-6965 no prazo de 03 dias úteis da data da publicação.

Deverá constar da proposta:

- 1.Descrição do produto
- 2.Quantidade
- 3.Preços unitários e globais
- 4.Validade/Garantia do produto (devem apresentar validade/garantia mínima de 12 meses na data da entrega)
- 5.Indicar marca e fabricante
- 6.Informar valor mínimo de faturamento
- 7.Validade da proposta: 60 (sessenta) dias
- 8.Condição de pagamento: 30 (trinta) dias após entrega do produto
- 9.Prazo de entrega: 08 (oito) dias úteis a contar da retirada da nota de empenho.
- 10.Número de CNPJ e do CCM
- 11.Deverá constar o número da agência e da conta para pagamento, no Banco do Brasil, conforme Decreto Municipal nº 51197 de 22/01/10
- 12.As empresas deverão estar com os seguintes documentos atualizados:
 - 12.1.CND - INSS
 - 12.2.CRS - FGTS
 - 12.3.Certidões de Tributos Mobiliários
 - 12.4.Cartão do CNPJ
 - 12.5.Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida da União.

Obs: Nas compras de medicamentos, os preços deverão atender ao Comunicado nº 03 de 16/03/2012 e Comunicado nº 05 de 10 de setembro de 2013, Comunicado nº 05 de 10/09/2013, Comunicado nº 05 de 10/09/14, Comunicado nº 12 de 30/12/2014, Comunicado nº 06/2017-CMED.

Segue abaixo, relação dos produtos, quantidades e número de processo.

PROCESSO: 6018.2017/000420-9

Objeto: MEDICAMENTOS / MATERIAL

ITEM 1 - Budesonida 32 mcg Spray Nasal

Apresentação/Quantidade: 06 frascos com 120 doses

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

